

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

TAIMARA SOARES

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: A IMPORTÂNCIA DE MOBILIÁRIOS
DE RECREAÇÃO ADAPTADOS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS EM LOCAIS PÚBLICOS**

CASCABEL

2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
TAIMARA SOARES

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: A IMPORTÂNCIA DE MOBILIÁRIOS
DE RECREAÇÃO ADAPTADOS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS EM LOCAIS PÚBLICOS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Teórico-conceitual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Orientadora: Prof^a Esp. Arq^a Sciliane Sumaia Sauberlich Bavaresco.

Coorientadora: Arq^a Simone Ribeiro dos Santos.

CASCADEL
2017

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito demonstrar um pouco a vida de um portador de necessidades especiais, os tipos de deficiências e o preconceito existente com eles, que conseqüentemente sofrem muito com a exclusão social. Então a pesquisa foi elaborada com intuito de fundamentar a importância de mobiliários de recreação adaptados para crianças com necessidades especiais, que proporcione a integração social dos portadores de necessidades especiais com a sociedade, para que ambos tenham acesso e direito de beneficiarem as formas de lazer existente no meio social, possam também aprender, respeitar e conviver com as diferenças um do outro e que o processo de inclusão ocorra sem desrespeitar a necessidade de adequações ao grupo destinado.

Palavras chave: Portadores de necessidades especiais. Acessibilidade. Inclusão social. Mobiliários de recreação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01:

Figura 02:

Figura 03:

Figura 04:

Figura 05:

Figura 06:

Figura 07:

Figura 08:

Figura 09:

Figura 10:

Figura 11:

Figura 12:

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

PCD - Pessoa com deficiência

PCR – Pessoa em cadeira de rodas

PMR – Pessoa com mobilidade reduzida

PNE – Portadores de necessidades especiais

PO – Pessoa obesa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS	11
2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS	11
2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS.....	13
2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO	16
2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO.....	19
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO.....	23
3.1 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	23
3.1.1 Deficiências Existentes.....	23
3.3 ACESSIBILIDADE	26
3.4 PRECONCEITO / EXCLUSÃO SOCIAL.....	26
3.6 MOBILIÁRIOS URBANOS DE RECREAÇÃO	26
3.7 AMBIENTES PÚBLICOS	26
3.8 INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	27
4 ABORDAGENS	29
4.1 MEDELLÍN -	29
4.2 PARQUE INFANTIL EM CAMPO GRANDE -MS.....	29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada a importância de mobiliários de recreação adaptados para crianças com necessidades especiais em locais públicos. O assunto abordado é a acessibilidade com ênfase em mobiliários de recreação adaptados para crianças com algum tipo de necessidade especial e mobilidade reduzida.

A escolha do tema baseou-se na necessidade de implantar mobiliários de recreação adaptados para crianças com necessidades especiais, para compreender suas necessidades e promover uma integração social.

Implantando esses mobiliários de recreação em locais públicos, consequentemente aumentará o convívio das crianças PNE com a sociedade e minimizará o preconceito existente.

O Problema se dá em qual a importância dos mobiliários de recreação adaptados para crianças com necessidades especiais em locais públicos, como ele pode ser benéfico e desenvolver a inclusão social.

Pois através de mobiliários planejados para atender às necessidades exigidas de uma pessoa portadora de necessidades especiais em locais públicos, oportuniza-se o acesso e uso, permitindo-se e incentivando um convívio social, com intuito de que a sociedade consiga rever seus pensamentos referentes aos PNEs, extinguindo um grande problema enfrentado por eles, o preconceito e a exclusão social.

De modo com que sintam-se familiarizadas com os equipamentos e o convívio social sem distinção, frequentar locais públicos assim propostos, promove experiências que auxilia no processo de desenvolvimento, fazendo com que se sintam protegidos, acolhidos e ao mesmo tempo seguros para se arriscar e vencer os desafios propostos pela vida da melhor maneira possível.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar a importância dos espaços públicos serem e oferecerem equipamentos recreativos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ou qualquer tipo de necessidade especial. Mesmo com a ideologia de acessibilidade e inclusão social existem muitos locais que não são construídos adequadamente de forma eficiente e acessível para que os mesmos possam frequentar e usufruir dos locais e mobiliários concedidos ao convívio social e lazer.

Segundo Rosa, André e Cabral (2003, p. 13,15) a história da humanidade sempre foi marcada pela segregação e exclusão tanto econômica, política, social, cultural e das pessoas

com deficiência. Esses mesmos autores afirmam que toda pessoa deficiente pode manifestar alguma necessidade especial, porém nem toda pessoa com algum tipo de necessidade especial porta alguma deficiência.

Conforme Ribas (1997, p. 19,38) muitos portadores de algum tipo de deficiência não saem de casa para explorar o entorno e passear, pois muitos locais não dispõem de transporte adequado, ou por esses locais possuírem muitas escadas e desníveis, dificultando ou até mesmo impedindo o acesso. Algumas pessoas não se permitem ao lazer por acharem que as pessoas ao seu redor “se sentem mal” estando próximos à portadores de deficiência em locais públicos. Ribas também afirma que a sociedade precisa reconhecer as diferenças e juntamente com as pessoas com necessidades especiais procurar plena inclusão de todos.

Os espaços públicos em uma cidade podem assumir diversas formas e tamanhos, compreendendo desde uma calçada até a paisagem vista de uma janela. Eles também incluem lugares intitulados ou projetados para uso diário, como por exemplo: ruas, praças ou parques. A palavra "público" aponta que os locais que efetivam esse espaço são abertos e acessíveis à todos. O acesso é indispensável para a apropriação e uso de qualquer ambiente. Portanto o espaço público é a princípio, o lugar, praça, rua, shopping, praia, ou seja qual for o tipo de espaço onde não haja obstáculos impossibilitando o acesso e participação de todos (ALEX, 2008, p.19,20,25).

Os mobiliários estão em todos os locais, nas residências e em espaços ao ar livre de uma cidade, estes denominam-se mobiliários urbanos, que conforme Mascaró (2008, p. 153) contribuem para estética e funcionalidade dos locais, além de promover segurança e conforto aos usuários, merecendo a atenção dos planejadores que se preocupam com a qualificação dos ambientes públicos, recintos urbanos, vias de circulação, praças ou parques urbanos.

Mascaró (2008, p. 154,166) ainda relata que os elementos urbanos podem ser classificados conforme as necessidades básicas que atendem, como por exemplo: descanso, lazer, proteção, acessibilidade, comunicação, limpeza, dentre outros, e a fins comerciais, infraestruturas e decorativos, constituindo-se à paisagem urbana. Entre esses mobiliários, alguns exercem a função de comunicar e de disciplinar a utilização de espaços públicos. As informações sobre locais, caminhos, acessos e serviços devem ser objetivas e coerentes, privilegiando cores e símbolos ao uso de longos textos.

O método de pesquisa utilizado será descritivo e qualitativo, através de pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, entrevistas, reportagens, teses de mestrado e doutorado e demais produções acadêmicas relacionados com o assunto e o tema abordado.

De acordo com Gil (1991, p. 44), pesquisas descritivas têm por objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relação entre as variáveis. Dentre as pesquisas descritivas são ressaltadas aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo, tais como distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade entre outros, já outras pesquisas nessa linha, por exemplo, propõe-se estudar os níveis de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, nesse grupo ainda estão incluídas as pesquisas que têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população e as pesquisas que visam descobrir a existência de associações entre as variáveis.

Para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

Em relação à pesquisa qualitativa, segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Ainda de acordo com esse autor, é desejável que a pesquisa qualitativa tenha como característica a busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

Pesquisa bibliográfica conforme Gil (1991, p. 65), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. A principal vantagem desse tipo de pesquisa consiste no fato de permitir ao investigados a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos teóricos, pois em diversas situações não há outra forma de se conhecer dados do passado se não pela pesquisa de dados secundários.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de

desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 1991, p.19).

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

De acordo com Carrieri (2007) a evolução das sociedades primitivas ao longo dos séculos foi um dos fatos marcantes da história universal, em relação aos três períodos correspondentes da pré-história.

“A idade Pré Histórica se inicia a partir do acontecimento mais importante da história humana até hoje: o despertar da percepção consciente” (TOYNBEE, 1979, p.47).

Segundo Carrieri (2007) a necessidade do abrigo já existia nessa época, assim como em qualquer outra, pois havia a necessidade de um local para repouso ao entardecer, pois durante o dia a busca pelo alimento e pela sobrevivência era constante.

O ato de construir, segundo Carrieri (2007) sempre esteve em continua evolução, e em relação a isso, passam a abandonar os antigos abrigos naturais, mais conhecidos como as grutas e as cavernas, dando início aos novos abrigos com materiais encontrados na natureza, como a argila, palha e outros.

“Desde então, e em função de tais necessidades, o homem “inventa” a agricultura e a criação de animais, cria rebanhos, trabalha primeiramente as pedras transformando-as em instrumentos de corte na idade da pedra lascada, depois os metais” (CARRIERI, 2007, p. 36).

“Embora a domesticação de plantas e animais selvagens tenha se tornado o esteio da vida humana, a invenção da metalúrgica foi o *chef d’oeuvre* do virtuosismo tecnológico” (TOYNBEE, 1979, p. 67).

Nota-se que na Antiguidade, mesmo não havendo processos construtivos resistentes, Carrieri (2007) afirma que as construções não deixavam de desempenhar o uso a que se destinavam.

“A história da arquitetura é a história do notável esforço humano, um dos caminhos pelos quais tentamos criar ordem e dar sentido ao infinitamente curioso, e não obstante, confuso mundo” (GLANCEY, 2001, p. 7).

A arquitetura moderna segundo Benevolo (2001) pode ser afirmada como:

A busca de um novo modelo de cidade, alternativo ao tradicional, e começa quando os artistas e os técnicos n- chamados a colaborar com a gestão da cidade pós-liberal – se tornam capazes de propor um novo método de trabalho, libertado das anteriores divisões institucionais (BENEVOLO, 2001, p. 615).

De acordo com Weimer (2005), o ser humano tem uma característica surpreendente de

adaptação aos mais diversos meios, até mesmo onde a sobrevivência humana parece impossível, é capaz de encontrar grupos que foram se adaptando as mais adversas condições, por vezes, admiráveis níveis de qualidade de vida, onde a imaginação e o emprego dos materiais de construção é surpreendente, bem como todos os aspectos relacionados a construção.

Colin (2000), define que de acordo com o critério estético, somente aqueles que para sua elaboração e construção, puderam contar com um arquiteto de conhecimento, sensibilidade e talento, bem como na escolha do local correto, no momento certo, com as condições materiais necessárias, assim como o tempo e o dinheiro suficientes.

Para ser considerado arte, além do atendimento aos requisitos técnicos, como a solidez estrutural e a qualidade dos materiais, e das demandas utilitárias, como a adequação dos espaços aos usos, deve o edifício tocar a nossa sensibilidade, nos incitar à contemplação, nos convidar à observação de suas formas, à textura das paredes, ao arranjo das janelas, ao jogo de luz e sombras, às cores, à sua leveza ou solidez (COLIN, 2000, p.25).

“Antes de se pensar em um edifício, é necessário que a sociedade precise dele, que haja uma função para ele comprimir; além disso, o uso terá papel importante na definição de sua forma” (COLIN, 2000, p.27).

Em seu livro: História da Cidade, Leonardo Benevolo (2001) define cidade como:

A cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma, como pudemos ver, quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não tem essa obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto local (BENEVOLO, 2001, p.23).

Para Weimer (2005), as formas como as obras se realçam na paisagem urbana é muito variável, isto ocorre devido a escolha dos materiais empregados, bem como a oposição das linhas sinuosas da paisagem com a rigidez geométrica da massa construída.

Segundo Dias (2005) o período caracterizado pela Revolução Industrial, foi aquele onde o povo do campo se mudou para a cidade, modificando a paisagem urbana para sempre. Os bairros foram construídos imediatamente, como consequência os problemas se expandiram e a partir de então foi preciso um novo profissional, capaz de planejar uma cidade funcional, descente e saudável para viver.

“A industrialização acelerou o processo de urbanização. Com isso, a construção de edifícios para abrigar funções novas e tradicionais foi uma atividade que recebeu grande impulso, a partir de fins do século XVIII, e se acelerou por todo o século seguinte” (SILVA,

1987, p. 23).

Assim como na pré-história, bem como em outros períodos ocorridos até então, a arte de construir vem se desenvolvendo, e as técnicas construtivas e os materiais empregados nas construções veem sofrendo transformações e, é com a Revolução Industrial que muitos destes materiais se desenvolveram inovando novas formas de construir, as quais são utilizadas até a atualidade. “Em primeiro lugar, a Revolução Industrial modifica a técnica das construções, embora possa fazê-lo de maneira menos visível do que em outros setores” (BENEVOLO, 2001, p. 35).

De acordo com o exposto acima, Duarte (1999) conclui que:

Na metade do século XIX já eram claras todas as mudanças no ambiente urbano oriundas da Revolução Industrial. Os arquitetos absorviam essas mudanças tecnológicas cada vez mais em suas obras, ao mesmo tempo em que demonstravam inquietação quanto ao futuro das cidades fabris. Iniciam-se nesse período discussões e se formulam diversas propostas para reconfigurações urbanas, abrangendo novos aspectos, como as questões sócias e higienistas, além de ser possível notar claramente como isso interferia nas concepções estéticas (DUARTE, 1999, p. 23).

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS

De acordo com Doyle (2002) depois do computador, as fotocopiadoras e as impressoras coloridas de alta definição, deram início ao desenvolvimento tecnológico, estas responsáveis em transcrever o antigo desenho colorido em forma digital. Esta evolução proporcionou aos arquitetos, de forma prática como apresentar suas ideias durante o processo de evolução do projeto, desde sua concepção até seu desenvolvimento. Partindo para o lado formal, nota-se que a cada espaço capturado, moldado e organizado, a arquitetura começa a existir, porém não se preocupa somente com a forma externa de um edifício, e sim em pensar nas necessidades do usuário na hora de projetar seu interior.

Em virtude do que foi mencionado sobre elementos formais, Ching (1998) afirma que:

Forma é um termo abrangente que tem vários significados. Pode se referir a uma aparência externa passível de ser reconhecida, como a de uma cadeira ou de um corpo humano que se senta nela. Pode também aludir a uma condição particular na qual algo atua ou se manifesta, como quando falamos de água na forma de gelo ou vapor. Em arte e projeto, frequentemente utilizamos o termo para denotar a estrutura formal de um trabalho – a maneira de dispor e coordenar os elementos e partes de uma composição de forma a produzir uma imagem coerente (CHING, 1998, p. 34).

Dado o exposto acima, e relacionando aos primeiros elementos formais construídos vindos da necessidade humana, Okamoto (1996) relata que: “Ao longo da história, o homem sempre planejou e construiu seus ambientes de atividades, de moradia, de produção, de lazer

ou de repouso, de modo que pudessem favorecer suas necessidades vivenciais e sociais”

Contudo, Okamoto (1996) diz que arquitetura não se restringe exclusivamente à construção de abrigo para as necessidades básicas e utilitárias do homem, pois mais do que a exteriorização material e formal de todas as atividades concretas, a arquitetura deveria atender às suas aspirações.

A arquitetura vai além do abrigo das necessidades e atividades, e, ao meu entender, seria um meio de favorecer e desenvolver o equilíbrio, a harmonia e a evolução espiritual do homem, atendendo às suas aspirações, acalentando seus sonhos, instigando as emoções de se sentir vivo, desenvolvendo nele um sentido afetivo em relação ao “locus” e ao “topos” (OKAMOTO, 1996, p. 14).

De acordo com Niemeyer (2005) a forma plástica veio a evoluir na arquitetura a partir do desenvolvimento das novas técnicas construtivas e dos novos materiais que lhe dão aspectos diferentes e inovadores, iniciando com as formas robustas nas construções em pedra e argila, depois as abóbodas, arcos e ogivas, vãos imensos, enfim, as formas livres e inesperadas que o concreto permitia e os temas modernos solicitavam.

Diante dessa evolução contínua e inevitável e dos programas que surgem, criados pela vida e pelo progresso, o arquiteto vem concebendo, através dos tempos, o seu projeto: frio e monótono ou belo e criador, conforme seu temperamento e sensibilidade. Para alguns é a função que conta; para outros, inclui a beleza, a fantasia, a surpresa arquitetural que constitui, para mim, a própria arquitetura (NIEMEYER, 2005, p. 18).

Niemeyer (2005, p. 22) ainda acrescenta que: “O funcionalismo se transformou na sua arma preferida, recusando a liberdade de concepção com seu rigorismo estrutural opressivo”. A arquitetura Contemporânea deu início então com a Revolução Industrial, inserindo os grandes vãos, as estruturas de ferro, bem como o concreto armado. Esta se baseava nas novas técnicas construtivas onde tudo devia modificar, substituindo as antigas fachadas pelos grandes painéis de vidro, as grossas paredes de alvenaria por finas colunas de concreto, entre outros.

Segundo o livro *Arquitetura Brasileira Contemporânea*, o autor Roberto Segre (2004), complementando sobre a revolução industrial, relata que:

A Arquitetura, no Brasil e no mundo, foi sempre condicionada pelas contradições dos processos socioeconômicos. No século XX se construiu tanto ou mais que em todos os precedentes da nossa era, com a transformação do mundo rural em urbano. Mas se perdeu a busca de equilíbrio entre ambiente natural e construído (SEGRE, 2004, p. 15).

Farah (et al., 2010) expõe que diante da evolução das metrópoles e com o processo de aceleração na urbanização, cresce a procura por ambientes mais sofisticados e agradáveis, pois

a partir de 1980, buscavam melhores condições de vida, resultado este da expansão ocupacional informal na periferia nos principais centros urbanos, valorizando então algumas áreas das cidades, inserindo a verticalização da arquitetura, proporcionando a solução para equacionar a alta densidade populacional.

Segundo Segre (2004) nota-se que a cidade sofreu transformações em um campo marcado por conflitos sociais, radicalizando-se a segregação espacial e social entre as áreas ocupadas pelas camadas mais pobres, com isso, reconhece que exista uma qualidade de arquitetura urbana necessária, com o propósito de abrigar as funções vitais de toda uma comunidade, e não uma arquitetura contingente, sem valores estéticos.

Em face a esta realidade de mudança com o intuito de obter melhorias para toda a comunidade, Richar Rogers (2001) apresenta em seu livro *Cidades para um pequeno planeta* que: “Alguns aspectos podem melhorar de forma radical a qualidade do ar e da vida na cidade compacta: proximidade, espaços públicos, paisagem natural e exploração de novas tecnologias urbanas” (ROGERS, 2001, p. 40).

Rogers (2001) ressalta que:

Devemos construir as cidades com flexibilidade e honestidade, trabalhando com, e não contra, o inevitável processo de transformação das cidades. À medida que as casas, escolas, os locais de trabalho e entretenimento tornam-se cada vez mais indefinidos, uma estrutura básica ligada a uma rede comum de comunicação pode acomodar o aprendizado, trabalho e lazer (ROGERS, 2001, p. 165)

Lynch (1997, p. 05) conclui que: “A cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se bem organizada em termos visuais, ela também pode ter um forte significado expressivo”.

Entende-se então que a forma da cidade, de certa maneira é adaptável as necessidades de seus habitantes, mesmo esta sendo edificada por diferentes culturas em um processo relativamente rápido.

De acordo com o livro *Fundamentos do Paisagismo*, o autor Tim Waterman (2010) expõe sua ideia de forma que:

A história da humanidade é escrita sobre a paisagem. Cada civilização, cada império que passou deixou sua marca de alguma maneira importante. As pessoas há milênios sentem a necessidade de construir e criar, não apenas para atender às necessidades primárias de alimentação, abrigo e companhia, mas também para edificar monumentos gloriosos que simbolizem suas ambições coletivas (WATERMAN, 2010, p. 12).

Em vista dos argumentos apresentados por Waterman (2010) ainda convém lembrar que a paisagem gera então o contexto para tudo aquilo que é construído, assim como as para as

atividades do dia-a-dia. Compreende-se que tudo o que será inserido na paisagem urbana, carece levar em consideração sua inserção ao meio urbano, como também seu entorno, a fim de que esta seja bem sucedida e sustentável.

Desta forma, Waterman (2010) afirma que:

“Tudo que há na paisagem faz parte de um sistema inter-relacionado que compõe o tecido de nossa existência. Para entender a paisagem e sua influência, é necessário aprender a olhar para todos os aspectos do contexto, para pensar e agir holisticamente” (WATERMAN, 2010, p. 52).

Com o crescimento das cidades, uma grande parte da população rural foi inserida no meio urbano, fazendo com que a fisionomia das cidades mudasse repentinamente, deixando de existir a natureza original no meio o qual foi expandido. De acordo com Filho (2001) a paisagem é formada por elementos naturais, como também elementos produzidos pelo homem, esta é considerada uma entidade palpável, mensurável, e esta em constante transformação.

O autor José Augusto de Lira Filho (2001, p. 54) afirma que: “entende-se *paisagem* como um conjunto de elementos naturais moldando um vista, geralmente distante, e que se impõe ao observador transmitindo-lhe sensações”.

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

A cidade é caracterizada como um ambiente construído, onde todo o espaço produzido é fruto do trabalho social. Giulio Carlo Argan (1998, p. 244) expõe que: “Desde a antiguidade mais remota, a cidade configurou-se como um sistema de informação e de comunicação, com uma função cultural e educativa”.

Corbusier (2000) afirma que é necessário adaptar a cidade à sua época restituindo-lhe a sua nobreza, desenvolvendo a sua eficácia e, para isso, é preciso transformá-la fundamentalmente.

É de conhecimento geral, assim como Aldo Rossi (2001, p. 115), que: “Se tomarmos um estudo sobre a cidade, veremos que o conjunto urbano é subdividido de acordo com três funções principais, que são: a residência, as atividades fixas, o tráfego”.

É possível, por exemplo, que as atividades fixas é de natureza essencialmente urbana, onde Rossi (2001) define estas como edifícios públicos, universidades, hospitais, escolas, etc.

De acordo com Benevolo (2001) a cidade se refere a uma organização da sociedade,

integrada e concentrada, tendo iniciado há cinco mil anos no Oriente Próximo, identificando-se com a sociedade civil, ou indicando a situação física desta sociedade.

Segundo Harquel (2001), não houve rupturas entre o urbanismo grego e o romano, apenas continuidade e, de acordo com a estrutura urbana, os equipamentos públicos e as preocupações estéticas, estão diretamente relacionados à origem do urbanismo romano.

Jean-Louis Harquel (2001) define:

A cidade (*polis*) é antes de tudo uma comunidade de cidadãos, uma associação de caráter moral, político e religioso. A ideia de cidade surge numa sociedade rural, com habitações dispersas, e as associações políticas que então se formam (*synoecismes*) são independentes de qualquer ideia urbana. Na prática, a cidade logo comporta um estabelecimento urbano, mas engloba igualmente os campos, com seus burgos onde os habitantes são também cidadãos, membros da *polis*, da mesma forma que os cotidianos (HARQUEL, 2001, p. 11).

“O crescimento das grandes cidades ultrapassou todas as previsões. Crescimento vertiginoso e perturbação. A vida industrial e a vida comercial que se adaptam a elas são fenômenos novos de amplitude assombrosa” (CORBUSIER, 2000, p. 77).

Corbusier (2000, p. 78) expõe também que: “As soluções obtidas na grande cidade são as que prevalecem no interior: modos, estilo, movimentos da ideia, técnica. Eis por que, quando for resolvida a urbanização da grande cidade, o país terá sido irrigado de uma só vez”.

De acordo com Benevolo (2001) a revolução industrial, modifica o curso dos acontecimentos, tendo início na Inglaterra e mais tarde em todo o resto do mundo.

Mariani (1986) expõe suas ideias quanto ao processo de revolução e a rápida transformação da sociedade ocidental, ocorrida na Europa por volta da segunda metade do século XVIII, a qual era: “Constituída essencialmente pelos componentes tradicionais da velha sociedade rural, esta nova “classe” social manifesta-se com aspectos contraditórios e inicialmente quase indecifráveis” (MARIANI, 1986, p. 1).

Essas mudanças inseridas pela mecanização e um eficiente sistema de transporte, enfraquecem então grupos sociais ligados a terra, ou melhor, os ex-habitantes rurais, que logo após o início do processo de industrialização, afluem para as novas cidades industriais. Segundo Choay (2003, p. 01) “A sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conturbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais”.

Entende-se então que a revolução industrial é de fato um impressionante crescimento demográfico das cidades, diminuindo o povo do campo para um desenvolvimento urbano sem precedentes.

“O crescimento rapidíssimo das cidades na época industrial produz a transformação do núcleo anterior (que se torna o centro do novo organismo), e a formação, ao redor deste núcleo, de uma nova faixa construída: a periferia” (BENEVOLO, 2001, p. 565).

“As zonas verdes compreendidas no organismo antigo – os jardins por trás das casas em fileira, os jardins maiores dos palácios, os hortos – são ocupadas por novas construções, casas e barracões industriais” (BENEVOLO, 2001, p. 565).

Em face a essa realidade, Mariani (1986) afirma que:

Concomitantemente, onde quer que se manifestem fenômenos de revolução industrial, a rapidez do crescimento numérico da população operária é o mais excepcional dado registrado. À enorme transformação técnica, que multiplica a produtividade do trabalho, soma-se agora um extraordinário crescimento da população urbana, que atinge proporções absolutamente insólitas em relação ao passado (MARIANI, 1986, p. 02).

Portanto, segundo Mariani (1986) a cidade gira em torno dos “fugitivos” do espaço rural, bem como o artesão, qual foi deslocado pela indústria, reassumindo uma nova realidade social.

Mariani (1986) conclui que internamente as primeiras contradições da cidade industrial revelam uma potencialidade revolucionária, atingindo seu significado a partir do momento em que começa a funcionar, unindo força de trabalho, novos materiais, habitações, comércio e consumo.

De acordo com Benevolo (2001) o ambiente contemporâneo foi caracterizado principalmente pelos efeitos do desenvolvimento industrial, desde o passado até os dias atuais, recebendo inúmeras transformações.

De modo artístico, Argan (1998) define a cidade como:

A cidade favorece a arte, é a própria arte”, disse Lewis Mumford. Portanto ela não é apenas, como outros depois dele explicitaram, um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma. Não há, assim, por que surpreender-se se, havendo mudado o sistema geral de produção, o que era um produto artístico hoje é um produto industrial (ARGAN, 1998, p. 73).

De acordo com Argan (1998) a cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real, podendo ser concebida como obra de arte, sofrendo alterações e mudanças, acréscimos, diminuições e outros, podendo citar Pienza a Sermoneta e a Palmanova como exemplo de cidade ideal realizada.

Conclui-se ainda que: “Além de modelo de forma, a cidade é modelo de desenvolvimento, nos limites em que isso pode acontecer sem contradizer algumas premissas postuladas, segundo uma lógica e um ritmo evolutivos próprios” (ARGAN, 1998, p. 74).

Sue Roaf (et al., 2009) relata que:

As edificações são nossa terceira pele. Na medida em que nossos ancestrais se deslocaram para o norte, vindo das estepes temperadas da África há centenas de milhares de anos, eles não somente precisaram de roupas mais pesadas, como também sentiram a necessidade de construir edificações mais resistentes, que os protegeriam do calor do deserto e do frio dos climas do norte (ROAF, 2009, p. 51).

Roaf (2009, p. 55) define ainda que: “A razão fundamental para a existência de qualquer edificação é fornecer abrigo contra o clima”.

Resultando então que a diversidade de moradias construídas com materiais locais de modo a se adequar a diferentes climas, é a consequência da grande migração da humanidade.

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

Segundo Neufert (2013) o homem moderno passa cerca de 9% de sua vida dentro de edifícios, estes cada vez mais rodeados por uma maciça e crescente quantidade de campos eletromagnéticos, inserindo então como foco de interesse público as construções biológicas.

A palavra sustentabilidade torna-se um conceito nacional e internacional sobre discussões políticas ambientais, a partir do momento em que a Agenda 21 entra em vigor na Conferência Mundial do Meio Ambiente, em 1992.

Neufert (2013) acrescenta ainda que:

Existem alguns critérios essenciais para uma sustentabilidade da arquitetura: a relação do projeto com o local e programa da construção; a qualidade formal da edificação. Sua atualidade e originalidade; estruturas efetivas e que permitam uma boa utilização; durabilidade da construção e seus materiais; uso adequado de materiais com capacidade de envelhecimento; possibilidade de mudanças dentro do uso original; e uma possível mudança total de uso diante de determinadas necessidades (NEUFERT, 2013, p.59).

De acordo com Romero (2001) encontra-se diante da concepção arquitetônica do espaço público, onde o espaço deve ser pensado como unidade arquitetônica, configurado como estímulos dimensionais os elementos ambientais, climáticos, históricos, culturais e tecnológicos.

“A excessiva cobertura do solo, a concentração de gases contaminantes, o aumento da temperatura em razão da redução da difusão do calor e dos menores índices de evaporação afetam a saúde física e mental da população” (ROMERO, 2001, p. 9).

O exercício da arquitetura e a sua inserção no desenho urbano, é realizada desconsiderando os impactos que poderão surgir no meio ambiente, refletindo no desequilíbrio

do meio, como também na salubridade da população urbana e em seu conforto. Devido ao processo de industrialização, a urbanização torna-se de certo modo, excessiva, colocando em segundo plano as características do local, onde a população é submetida aos impactos negativos gerados, podendo ser evitado assim com um adequado desenho urbano.

Romero (2001, p. 25) define então: “A arquitetura bioclimática é uma área relativamente nova e pouco desenvolvida, mas que tem, na arquitetura vernácula, os antecedentes que servem como exemplos de respostas adequadas do homem às exigências do meio ambiente”.

Na nossa visão, a arquitetura bioclimática, uma etapa atual do movimento climático-energético, é uma forma de desenho lógico que reconhece a persistência do existente, é culturalmente adequada ao lugar e aos materiais locais e utiliza a própria concepção arquitetônica como mediadora entre o homem e o meio. O desenho urbano resultante da aplicação desses princípios integra princípios históricos, culturais, ambientais e tecnológicos. Pensamos que tais elementos contribuem diretamente para a prática do desenho urbano e para o processo formal de materialização da forma urbana, desde que se incorpore também a base tecnológica necessária para tratar o espaço urbano como espaço arquitetônico (ROMERO, 2001, p. 28).

“A necessidade de ostentar o “progresso”, o poder econômico, a abundância de tecnologia, fez com que, sobretudo nos tempos contemporâneos, em muito se desconsiderasse a questão ambiental na arquitetura” (CORBELLA, 2003, p.07).

De acordo com Corbella (2003) a arquitetura sustentável significa aquela que quer criar prédios, com a finalidade de aumentar a qualidade de vida do ser humano, relacionando o ambiente construído com o seu entorno, integrando as características da vida e do clima local.

O conforto térmico pode ser definido então a partir das decisões do arquiteto, podendo tornar o ambiente confortável ou insuportável, dependendo também do clima local, este é determinante nas decisões do projeto, bem como a iluminação, deve ser complementada e não substituída pela iluminação natural.

Segundo Silva (2004, p. 118) “o grande diferencial na utilização da luz artificial em todas as áreas da arquitetura, aquele algo mais que enriquecerá definitivamente o projeto, é o bom senso e a sensibilidade. Use-os à vontade, com criatividade e na luz da sabedoria”.

A luz artificial também é utilizada para definir espaços, tornando-se essencial na finalização de projetos modernos, podendo-se quando bem utilizada, pode dar alma ao ambiente.

Bem como a luz artificial, outros aspectos foram consequências da revolução industrial, assim Breitling (2001) expõe seu ponto de vista em relação a produção do ferro.

“Por volta de 1750 a produção de ferro em bruto tornara-se mais barata. No final do séc.

XVIII a máquina a vapor já se encontrava de tal modo desenvolvida que podia ser aplicada na produção de quantidades cada vez maiores de ferro gusa, fundido ou forjado” (BREITLING, 2001, p. 75).

“Leveza, transparência, uma impressão de tensão e fragilidade são características estéticas da construção metálica” (BREITLING, 2001, p. 75).

Em vista dos argumentos apresentados, na segunda metade do séc. XIX, as exposições mundiais tornam-se públicas, devido a capacidade do progresso técnico e científico, tornando-se cada vez mais impressionantes, um exemplo a ser citado, é a torre que o engenheiro Gustavo Eiffel erigiu em 1889 em Paris.

Dado o exposto acima, Breitling (2001) complementa dizendo:

No entanto, no séc. XIX tudo aquilo que hoje é designado por arquitetura do ferro, não era considerado como sendo arquitetura. O ferro ou o aço eram considerados materiais “falsos”, com os quais não era possível qualquer modulação artística e que, por este motivo, não podiam ficar à vista. A Torre Eiffel foi declarada como a “vergonha de Paris” e destinava-se a ser demolida após a Exposição Mundial (BREITLING, 2001, p. 76).

Segundo Breitling (2001) as construções maciças foram substituídas por uma construção estrutural, esta permitia execução de edificações, independentemente de sua dimensão, seja de acordo com a altura como na área a ser construída, utilizando nestas elementos pré-fabricados e em tempo recorde, onde os novos materiais inseridos, podiam ser utilizados em obras não exclusivamente de engenharia.

Yopannan Rebello (2003) expõe:

Procura-se mostrar que a concepção estrutural não é algo aleatório ou apenas produto da vontade de cada um, mas que depende, sim, de fatores externos como estética, custos, possibilidades construtivas, materiais e tantas outras variáveis; que saber coordenar essas variáveis, achando uma maneira adequada de harmonizá-las, é o que conduz a soluções estruturais criativas e bem embasadas; que a solução original não provém de uma iluminação mágica, mas do profundo conhecimento do existente e de muitas tentativas (REBELLO, 2003, p. 17).

De acordo com Rebello (2003) as escolas que até então cultivavam arquitetura como arte, já não conseguiam mais manter este perfil após o início da revolução industrial, pois não conseguiam atender as exigências técnicas e científicas da época.

“Desta forma, as novas possibilidades oferecidas pelos materiais e pelo cálculo passavam a ser plenamente exploradas pela arquitetura na criação dos espaços” (REBELLO, 2003, p. 259).

As treliças, antes executadas em madeira, se expande por todo o mundo a partir de 1840, onde os engenheiros passaram a utilizar o ferro fundido e o laminado na execução das

mesmas. A nova arquitetura devia ser reflexo do seu tempo, utilizando-se das novas soluções construtivas, estas mais econômicas para o momento.

Segundo Rebello (2003) o uso do novo material concreto-ferro, mesmo que não estivesse completamente fundamentado, já estava sendo utilizado nos novos edifícios, este infundiu confiança, pois suas características plásticas possibilitavam uma ampla gama de formas, tornando-se uma opção para projetos estruturais, bem como para projetos arquitetônicos.

Engel (2001, p. 19) define estrutura como “[...] é o primeiro e único instrumento para gerar forma e espaço na arquitetura. Por essa função, a estrutura torna-se um meio essencial para modelar o meio do homem”.

Moliterno (1995, p. 01) conclui que “O desenvolvimento da tecnologia nos tem proporcionado maiores aperfeiçoamentos de execução e métodos de cálculo para o emprego de certos materiais”.

De acordo com o desenvolvimento da tecnologia nas construções, Moliterno (1995, p. 01) finaliza dizendo: “Deve ser esclarecido que, apesar das novas técnicas, o uso da alvenaria de tijolos não sofreu solução de continuidade, e o emprego dos blocos de concreto e cerâmicos progrediram surpreendentemente nestes últimos anos”.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO

3.1 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com a EMBRATUR (2001), caracteriza-se pessoas portadores de necessidades especiais, as que se encontram-se com deficiências temporárias ou permanente, que sem condições

Para Cambiaghi (2007), pessoa com deficiência é um cidadão que tem suas condições de mobilidade ou percepção das características do ambiente onde se encontra reduzidas, limitadas ou anuladas.

Na abordagem de Ribas (1998) o termo “pessoas deficientes”, segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas deficientes aprovado em 1975 pela ONU, se refere à qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma parcialmente ou total, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades mentais ou físicas ou mentais.

3.1.1 Deficiências Existentes

Deficiência Auditiva

A Conforme a Secretaria de Educação Especial (1997), a deficiência auditiva é denominada de acordo com a diminuição da capacidade de percepção dos sons, podendo a pessoa ser considerada surdo ou parcialmente surdo. Ela pode ser congênita ou adquirida. A Deficiência também pode ser classificada como deficiência de transmissão, mista ou sensorineural.

Segundo a Secretaria de Educação fundamental (1999), a deficiência auditiva manifesta-se como: surdez leve ou moderada, quando a perda auditiva é de até 70 decibéis, dificultando a compreensão da fala com ou sem o uso de aparelho auditivo, entretanto não a impede de ouvir; e surdez severa ou profunda: quando a perda auditiva é acima de 70 decibéis, considerando o indivíduo uma pessoa totalmente surda, que não consegue entender a fala através do ouvido, sem ou com a utilização de um aparelho auditivo, e conquistar naturalmente o código da língua oral.

Bevilacqua e Moret (2005) declaram que as pessoas com deficiência auditiva, tendem a terem dificuldades em situações de diálogo, implicando em processos de inclusão social, devendo os demais no diálogo considerar a singularidade de cada pessoa, com a equiparação das oportunidades em um mundo onde a maioria é ouvintes.

Deficiência Física

Deficiência física segundo a Secretaria de Educação fundamental (1999), é a diversidade de condições não sensoriais que influenciam o indivíduo em sua mobilidade, de conservação motora geral ou da fala resultante de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou malformação adquiridas ou congênitas.

Conforme Cambiaghi (2007), a deficiência física é uma alteração parcial ou completa de um ou vários seguimentos do corpo humano, ocasionando o comprometimento da função física, manifestando-se como paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, triparesia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desenvolvimento de funções.

Crianças com deficiências físicas podem ter uma série de problemas adicionais ou podem ter apenas uma deficiência física específica. Naturalmente, se uma ou diversas das outras excepcionalidades estiverem presentes de um modo significativo, a criança será chamada de portadora de deficiências múltiplas, ao invés de criança com deficiência física. (GALLAGHER; KIRK, 1996)

Deficiência Mental

Para Gallagher (1996) apud Grossman (1997), a deficiência mental caracteriza-se ao funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, gerando falhas no comportamento adaptador se manifestando durante o período de desenvolvimento.

A identificação das crianças deficientes mentais é feita através de procedimentos aceitos de medição de subnormalidade intelectual e adaptação social. (GALLAGHER, 1996, p.125).

Existem os deficientes mentais educáveis, os treináveis e os graves e profundos. Os educáveis, segundo o autor, são aqueles que são incapazes devido ao seu desenvolvimento mental subnormal de se beneficiar com o programa escolar regular. Mas são capazes de se

desenvolver em três áreas: educabilidade na adaptação social, educabilidade em assuntos acadêmicos e adequação ocupacional a ponto de poder se sustentar quando adulto parcial ou totalmente.

Os deficientes mentais treináveis são aqueles que possuem dificuldades em: aprender as habilidades acadêmicas, ser independente totalmente na fase adulta, sustentar-se sem supervisão ou ajuda, capacidade de se proteger, ajustar-se socialmente (compartilhar, respeitar, entre outras atitudes), auxílio em tarefas de casa e trabalhos.

E os deficientes mentais graves e profundos caracterizam-se por possuírem geralmente múltiplas deficiências, o que muitas vezes interfere nos procedimentos de instrução normal.

Deficiência mental é a capacidade de funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- Comunicação
- Cuidado pessoal
- Habilidades sociais
- Utilização dos recursos da comunidade
- Saúde e segurança
- Habilidades acadêmicas
- Lazer
- Trabalho (CAMBIAGHI, 2007, p.26)

Deficiência Múltipla

Segundo CAMBIAGHI (2007), “deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências”. O Ministério da educação e do Desporto (1995) relata que a deficiência múltipla refere-se a todos os indivíduos que possuem duas ou mais deficiência primária, seja mental, visual, auditiva ou física; todos os indivíduos que possuem distúrbios emocionais graves e profundos, quais acarretam atrasos no desenvolvimento e na capacidade adaptativa dos indivíduos.

Gallagher (1996) apud Sontag, Smith e Sailor (1977), afirmam que "as crianças com deficiências múltiplas e graves são aquelas cujas principais necessidades educacionais são o estabelecimento e desenvolvimento de atividades básicas nas áreas social, de autoajuda e comunicação, que representam o potencial de sobrevivência da criança em um mundo supervisionado ou protegido.

Deficiência Visual

Gallagher (1996) apud Barraga (1976), considera cegas as crianças que possuem somente a percepção da luz ou não possuem visão alguma, e que necessitam aprender através do braile e demais meios de comunicação que não estejam relacionados com o uso da visão.

Já as crianças com visão parcial são aquelas que possuem limitações da visão de distância, mas que enxergam objetos que estão a poucos centímetros ou a meio metro de distância. E as crianças com visão reduzida são aquelas consideradas com visão e que pode ser corrigida.

Gallagher (1996) apud Baterman (1967), afirma que a criança cega é aquela com visão parcial em termos do modo que utiliza para aprender a ler. O autor diz que "em termos educacionais, crianças cegas são as que empregam o braile, e as crianças com visão parcial são aquelas que usam material impresso".

Deficiência visual consiste em cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais o somatório da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; e a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (CAMBIAGHI, 2007. p.26).

3.3 ACESSIBILIDADE

3.4 PRECONCEITO / EXCLUSÃO SOCIAL

Um dos maiores pesos que muitas crianças e adultos com deficiências físicas precisam carregar é a repulsa e o comportamento de repulsa e de retraimento que muitas pessoas manifestam quando veem um indivíduo com uma deficiência física óbvia. (GALLAGHER; KIRK, 1996)

3.6 MOBILIÁRIOS URBANOS DE RECREAÇÃO

Balanço

Carrossel

Escorregador

Gangorra

3.7 AMBIENTES PÚBLICOS

Na abordagem de Mantoan et al. (1997), pessoas deficientes raramente são vistas em locais públicos e quase nunca em situações que envolvam o lazer.

3.8 INTEGRAÇÃO SOCIAL

Mantoan et al. (1997), abordam a temática da integração da pessoa deficiente muito complexa, principalmente se levarmos em conta a forma como nossa sociedade é organizada. Basta repararmos para a quantidade de barreiras arquitetônicas que impedem o deslocamento do deficiente físico em nosso meio, o mínimo de sinalização adequada para a pessoa deficiente visual e a pouca importância com que temas assim são abordados e colocados em pauta.

Cambiaghi (2007) diz que, quando uma pessoa portadora de necessidades especiais está em um ambiente acessível, a deficiência não afeta as suas funções, pois suas atividades são preservadas.

Já em uma situação contrária, "alguém sem qualquer deficiência colocada em um ambiente hostil e inacessível pode ser considerado deficiente para esse espaço".

Para a autora, a inclusão é um processo amplo que diz respeito a uma mudança de olhar e opinião sobre as relações e os direitos, "a inclusão diz respeito à percepção interna de cada indivíduo"(2007).

Diferentemente da inclusão, a integração se fundamenta em tornar a pessoa com necessidades especiais apta a viver em uma sociedade que esteja organizada para a convivência com as pessoas sem deficiência.

Segundo Ibeas & Garcia (1990), a decisão de integrar ou não é mais um problema ideológico ou político que técnico e se concretizará ou não em função da vontade que se tenha em fazê-lo. Entretanto, a integração não pode concretizar-se de qualquer maneira; ela tem que ser cuidadosamente planejada, dispor de elementos humanos e técnicos preciosos e realizar-se em condições adequadas. (HERRERO, 2000. p.12).

A diferenciação entre integração e inclusão social acontece quando o desenvolvimento de projetos de design e arquitetura precisa encontrar solução para resolver e atender as necessidades específicas de cada deficiência. Ou seja, para possibilitar uso dos ambientes e produtos para todas as pessoas, é importante e necessário considerar as diferenças entre elas e "projetar espaços adequados tendo em vista essas diferenças".

A acessibilidade aos ambientes construídos e à área urbana surge como atributo imprescindível a uma sociedade que se quer inclusiva, isto é, que planeja que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades. Em outras palavras, para que as ações de inclusão possam ser verdadeiramente relevantes, devem promover não só a

equiparação de oportunidades mas a acessibilidade a todos, sem esquecer os idosos, a população com baixa escolaridade, aqueles que têm impedimentos ou limitações intelectuais ou mentais, físicas, sensoriais, motoras ou apresentam mobilidade reduzida, sejam elas permanentes ou temporárias (CAMBIAGHI, 2007. p. 34).

Para Blascovi-Assis (1997), a integração é muito maior que a simples ocupação do mesmo espaço físico, é necessário que o processo de integração da pessoa portadora de necessidades especiais seja cuidadosamente orientada e observada.

Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos - independente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural - em escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas (STANINBACK, 1999. p.21).

4 ABORDAGENS

4.1 MEDELLÍN -

4.2 PARQUE INFANTIL EM CAMPO GRANDE -MS

Segundo Furrer (2015) no site acessibilidade na pratica, após muito tempo de espera a cidade de Campo Grande no Mato Grosso do Sul, recebeu o primeiro parque adaptado para PNE do estado, instalado no Parque das Nações Indígenas.

Figura – Vista geral do parque



Fonte: Acessibilidade na prática

Ainda de acordo com o site, o parque possui uma extensa área verde, então foi locado em um local estratégico para facilitar o deslocamento até os brinquedos, próximo a uma das entradas do Parque, onde também se encontra vagas reservadas a cadeirantes, e construído percurso com piso regular, firme e estável. Para garantir ainda mais segurança, foi instalado totem contendo algumas informações e instruções de uso dos brinquedos.

Figura - Totem informativo



Fonte: Acessibilidade na prática

Os brinquedo implantado no parque foram: um carrossel, com capacidade para quatro crianças, incluindo dois espaços devidamente planejados para cadeirantes; dois balanços frontais, onde em um dos dois brinquedos, o espaços é destinado a uma criança cadeirante; e um conjunto de brinquedos acoplados e casinha do Tarzan no superior, com balanços e escorregador comuns e balanços com adaptações para crianças com controles de tronco e de cabeça fracos. (FURRER, 2015)

Figura - Balanço frontal adaptado



Fonte: Acessibilidade na prática

Figura – Conjunto de brinquedos



Fonte: Acessibilidade na prática

Figura – Carrossel



Fonte: Acessibilidade na prática

O site Campo Grande net (2014), relata que o parque é aberto a todas as crianças e apenas com os quatro brinquedos durante a inauguração, já foi possível perceber a integração entre elas. O Carrossel, Gira-Gira, Balanço e Casinha do Tarzam, encantaram a todos. Em relato ao site, Kelly Silva, mãe de Sara Silva, de cinco anos de idade, portadora de Hidroanencefalia, disse que o parque foi um presente. “As crianças com alguma deficiência não tinham um espaço para brincar e antes, nós tínhamos que adaptá-las aos parques disponíveis, agora temos um espaço perfeito para que elas possam brincar e se desenvolver”, comemorou a mãe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. Editora Senac, São Paulo, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Martins Fontes – São Paulo. 4ª Edição, 1998

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BREITLING, Stefan. **História da Arquitetura – Da antiguidade aos nossos dias**. Edição portuguesa Konemann Verlagsgesellschaft mbH, 2001.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para arquitetos e Urbanistas**. São Paulo, Editora Senac, 2007.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ – FAG. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Cascavel: FAG, 2015.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura – Forma, Espaço e Ordem**. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 5ª Edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2003

CORBELLA, Oscar. YANNAS, Simos. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos**. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2003.

CORBUSIER, Le. **Urbanismo**. 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COLIN, Silvio. **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **História da Arquitetura I**. FAG: Cascavel, 2005.

DOYLE, E. Michael. **Desenho à cores: técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DUARTE, Fábio. **Arquitetura e Tecnologias de Informação da Revolução Industrial à Revolução Digital**. São Paulo: FAPESP: Editora da UNICAMP, 1999.

ENGEL, Heino. **Sistemas Estruturais**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001

FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

FILHO, João Gomes. **Dimensionamento Humano para Espaços Interiores**. 5. ed. São Paulo. Escrituras Editora, 2003.

FURRER, Maria Alice. **Parque Infantil Adaptado de Campo Grande**. Disponível em < <http://www.acessibilidadenapratica.com.br/avaliacoes-e-visitas/parque-infantil-adaptado-de-campo-grande/>> Acesso em: 14 abr 2017.

GALLAGHER, Kirk. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GLANCEY, Jonathan. **A História da Arquitetura**. Edições Loyola, São Paulo, 2001.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997

LOPES, Maria Elisabete, Org; ORNSTEIS, Sheila Walbe, Org; PRADOS, Adriana Romeiro de Almeida. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil**. Editora: Annablume. São Paulo, SP. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; Colaboradores. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. Editora Mennon: SENAC. São Paulo, 1997.

MARIANI, Ricardo. **A Cidade Moderna entre a História e a Cultura**. Editora Nobel. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di São Paulo, 1986

MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura da paisagem**. 1 Ed. Masquatro. Porto Alegre, 2008.

MOLITERNO, Antonio. **Caderno de estruturas em alvenaria e concreto simples**. Editora Edgard Blucher LTDA, São Paulo, 1995.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**. 18 ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

NIEMEYER, Oscar. **A forma na arquitetura**. Rio de Janeiro 2005.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento**. IPSIS Gráfica e Editora S/A – 2ª Edição. São Paulo: Plêiade, 1996.

REBELLO, Yopanan C. P. **A Concepção Estrutural e a Arquitetura**. São Paulo. Zigurate Editora, 2003.

RIBAS, Joao Baptista Cintra Ribas. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira**. Brasília: CORDE, 1997.

ROAF, Sue; CRICHTON, David; NICOL, Fergus. **A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ROGERS, Richar. **Cidades para um Pequeno Planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora UNB, 2001.

ROSA, Enio Rodrigues; ANDRÉ, Maria Filomena Cardoso; CABRAL, Nelson. **Pessoas com deficiências: Reformulando conceitos e valores**. Cascavel, Governo municipal de Cascavel: 1 Edição, 2003.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.

SILVA, Mauri Luiz da. **Luz, Lâmpadas e Iluminação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2004.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do Ferro no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Nobel, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos do Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular Brasileira**. São Paulo. Martins Fontes, 2005.